



GOVERNO DO ESTADO DE RONDÔNIA  
SECRETARIA DE ESTADO DE FINANÇAS  
TRIBUNAL ADMINISTRATIVO DE TRIBUTOS ESTADUAIS

Fls. 34  
Ass. Bj  
TATE-SEFIN/RO

**PROCESSO Nº : 20182900300245**  
**RECURSO : VOLUNTÁRIO Nº 0113/2020**  
**RECORRENTE : PEDRO HENRIQUE SAIBEL QUEVEDO**  
**RECORRIDA : FAZENDA PÚBLICA ESTADUAL**  
**JULGADOR : REINALDO DO NASCIMENTO SILVA**  
**RELATÓRIO Nº : 256/2020/1ª CÂMARA/TATE/SEFIN**

Voto.

1. Fundamentos de fato e de direito.

1.1. Da tempestividade e da admissibilidade do recurso interposto.

O sujeito passivo foi cientificado da decisão de 1ª instância em 11/11/2019, pela via postal (fl. 25), e possuía um prazo de 30 dias, de acordo com o artigo 134 da Lei nº 688/96, para interpor recurso voluntário.

Como o seu recurso foi impetrado em 17/12/2019 (fl. 92), ou seja, após o referido prazo legal, há de se reconhecer que essa manifestação é intempestiva.

Apesar disso, por haver divergência entre a decisão monocrática proferida neste processo e a prolatada no auto de infração nº 20182900300071, ambas relativas ao mesmo sujeito passivo e fato gerador, o eminente presidente deste Tribunal, em manifestação exarada no documento de fl. 26 (despacho), achou por bem determinar o recebimento e a juntada do recurso citado ao PAT, para posterior encaminhamento à 2ª instância.

Senhores julgadores, o recurso apresentado, embora intempestivo, em meu juízo, excepcionalmente, deve ser analisado por esta colenda câmara, a fim de ilidir a divergência observada na 1ª instância deste Tribunal e, especialmente, dar razão àquele que realmente a possui (fisco ou contribuinte).

Outro ponto que se deve destacar, é que o sujeito passivo, em sua peça recursal, ao postular o cancelamento do auto de infração, contesta integralmente a decisão singular. Em virtude disso, o recorrente não está obrigado, para efeitos de admissão do recurso, a efetuar o pagamento de que trata o § 2º do art. 134 da Lei nº 688/96, a saber:

*"Lei nº 688/96*

*Art. 134. Proferida a decisão de primeira instância administrativa, terá o sujeito passivo prazo de 30 (trinta) dias para, sob pena de inscrição de Dívida Ativa, liquidar o crédito tributário ou interpor Recurso Voluntário perante o Tribunal Administrativo de Tributos Estaduais – TATE. (NR Lei nº 3583, de 9/7/15 – efeitos a partir de 01/07/15)*

*(...)*



GOVERNO DO ESTADO DE RONDÔNIA  
SECRETARIA DE ESTADO DE FINANÇAS  
TRIBUNAL ADMINISTRATIVO DE TRIBUTOS ESTADUAIS

Fls. 35  
Ass. 9  
TATE-SEFIN/RO

§ 1º O recurso poderá versar sobre parte da decisão recorrida, desde que o recorrente assim o declare ou reconheça expressamente a procedência das exigências que não forem objeto do recurso.

§ 2º. Na hipótese do § 1º o recorrente, sob pena de não admissão do recurso, deverá pagar, no prazo deste artigo, o crédito tributário na parte por ele reconhecida como procedente. (NR Lei nº 3583, de 9/7/15 – efeitos a partir de 01/07/15)”

Diante dos aspectos evidenciados, o recurso interposto pelo sujeito passivo, na minha opinião, deve ser conhecido.

1.2. Da autuação.

O sujeito passivo, de acordo com a peça básica (fl. 02), adquiriu mercadorias da NF-e 8349 (DANFE a fl. 03) em seu CPF, sendo que é sócio proprietário da empresa Pro Estilo Móveis, I.E. nº 397555, e era obrigado a adquirir mercadorias para sua empresa nessa inscrição, já que a quantidade demonstra intuito comercial.

A suposta irregularidade, segundo os autuantes, constitui infração aos artigos 117, I, 120, I e 2º, XII, “d”, do RICMS (Decreto nº 8.321/98), a saber:

“RICMS-RO – Decreto nº 8.321/98

Art. 2º Ocorre o fato gerador do imposto no momento (Lei 688/96, art. 17):

(...)

XII – da entrada no território deste Estado, procedente de outra Unidade da Federação, de:

(...)

d) mercadoria a ser comercializada sem destinatário certo ou destinada a estabelecimento em situação irregular;

(...)

Art. 117. São obrigações, entre outras, do contribuinte do imposto e demais pessoas físicas ou jurídicas, definidas como tal neste regulamento, observados a forma e prazos estabelecidos na Legislação Tributária, além de pagar o imposto e, sendo o caso, os acréscimos legais (Lei 688/96, art. 59):

I – inscrever-se na repartição fazendária antes do início das atividades, inclusive o produtor rural, mediante declaração cadastral específica;

(...)

Art. 120. Inscrever-se-á no Cadastro de Contribuintes do ICMS – CAD/ICMS-RO, antes de iniciar a atividade (Lei 688/96, art. 56 e 57):

I – o comerciante e o industrial;”

Em razão do suposto ilícito verificado, exigiu-se o imposto e a multa prevista no artigo 77, VII, “c”, 1, da Lei nº 688/96, que estabelece:

“Lei nº 688/96

Art. 77. As infrações e as multas correspondentes são as seguintes: (NR Lei nº 3583, de 9/7/15 – efeitos a partir de 01/07/15)

(...)



VII - infrações relacionadas às operações com mercadorias ou bens ou, ainda, aos casos de prestações de serviços:  
(NR dada pela Lei nº 3756, de 30.12.15)

(...)

c) multa de 15% (quinze por cento):

1. do valor da operação, pela aquisição ou saída de mercadorias ou bens por estabelecimento em situação cadastral irregular ou não cadastrado;"

O crédito tributário lançado, na época da autuação, apresentava o seguinte valor:

Crédito Tributário		
Tributo: 17,5%	R\$	3.391,50
Multa: 15%	R\$	3.682,20
Juros:	R\$	-
A. Monetária:	R\$	-
Total:	R\$	7.073,70

Nos aspectos destacados por ora, registro, não evidenciei erros, omissões ou incongruências.

1.3. Fundamentos da autuação, razões do recorrente e conclusões.

1.3.1. Sócio proprietário de empresa.

Na peça básica, como uma das razões para autuação, é mencionado que o sujeito passivo era sócio proprietário da empresa Pro Estilo Móveis, IE 397555, e estava obrigado a adquirir a mercadoria nessa inscrição.

Análise.

Essa premissa, contudo, embora não tenha o julgador singular se atentado, foi afastada pelo autuado, ao comprovar, na defesa, que, na época em que ocorreu a compra da mercadoria alcançada pela ação fiscal, março de 2018 (conforme DANFE de fl. 03), não mais era sócio da referida empresa. Em verdade, consoante exhibe a alteração contratual de fl. 14, o autuado deixou de ser sócio da empresa em agosto de 2017 (ano anterior à aquisição das mercadorias), segundo registros da JUCER-RO.

Logo, tal premissa, *data venia*, não é um argumento válido para justificar a autuação.

1.3.2. Aquisição de mercadoria em quantidade que demonstra intuito comercial e evidencia a qualidade de contribuinte do ICMS do autuado.



Com fulcro no volume de produtos adquiridos pelo autuado (80 cadeiras e 80 almofadas, consoante DANFE de fl. 03), os autuantes deduziram que a mercadoria foi adquirida para ser revendida (intuito comercial) e que o autuado, em razão disso, era contribuinte do ICMS e deveria estar inscrito no CAD/ICMS-RO (artigos 117, I, e 120, I, do RICMS-RO, citados no campo capitulação legal da infração).

O recorrente, por seu turno, alegou que os bens adquiridos eram destinados à locação em eventos organizados por ele, atividade não sujeita a ICMS.

Análise.

A meu ver, caros colegas, o volume ou a quantidade adquirida de mercadorias, embora possa se constituir em indício, não é prova de que alguém é contribuinte do ICMS. O próprio Regulamento do ICMS, reconhecendo o caráter indiciário desse aspecto, estabeleceu:

*"RICMS-RO (Decreto nº 8.321/98)*

*Art. 73. Contribuinte é qualquer pessoa, física ou jurídica, que realize, com habitualidade ou em volume que caracterize intuito comercial, operações de circulação de mercadorias ou prestações de serviços de transporte interestadual e intermunicipal e de comunicação, ainda que as operações e as prestações se iniciem no exterior (Lei 688/96, art. 8º). (...)*

*§ 3º. Na hipótese que for constatado que Pessoa Física ou Jurídica não inscritos no CAD/ICMS/RO realizem operações descritas no caput, a caracterização como contribuinte dependerá da constatação em diligência fiscal, através de Designação, emitida por autoridade competente, na forma definida em Ato do Coordenador Geral da Receita Estadual. - (AC pelo Dec. 22304, de 29.09.17 - efeitos a partir de 29.09.17)" (grifei)*

Assim, neste caso, ao se depararem com a operação de que trata a NF-e 8.349, os autuantes, em vez de expedirem o auto de infração, deveriam, em respeito ao que estabelece o § 3º do art. 73 do RICMS-RO, ter obtido uma designação para a realização das diligências necessárias, a fim de provar, como eles presumiram, que o autuado era, de fato, contribuinte do ICMS e que a mercadoria se destinava, efetivamente, à comercialização.

Como não houve a produção das provas necessárias previstas em norma, não se pode dizer:

a) que o autuado era contribuinte do ICMS;  
b) que ele, em razão disso, estava obrigado a cumprir o que estabelecem os artigos 117, I, 120, I, do RICMS - Decreto nº 8.321/98 (capitulação da infração), ou seja, a estar inscrito no CAD/ICMS-RO,

c) nem que as mercadorias se destinavam à revenda.

E, sem tais premissas, a autuação, a meu ver, não se sustenta.



Registre-se, também, por oportuno que, se não há provas de que o autuado era contribuinte do imposto, na época dos fatos, nenhum valor de ICMS, em razão da aquisição de mercadorias promovida, pode ser dele exigido.

1.3.3. Conclusões.

Em suma, considerando que o autuado, na época da aquisição da mercadoria da NF-e nº 8349, não era sócio da empresa indicada peça básica, considerando que não há provas, nos autos, de que ele era, na época dos fatos, contribuinte do ICMS, nem que a mercadoria adquirida se destinava à comercialização; considerando, em consequência, que ele não estava obrigado a inscrever-se no CAD/ICMS-RO; e considerando, por fim, que ele, por não estar obrigado a tal inscrição, não infringiu os dispositivos normativos indicados na peça básica, deve o auto de infração, em meu juízo, ser declarado totalmente improcedente.

2. Voto.

Pelo exposto, conheço do recurso voluntário interposto para dar-lhe provimento, reformando, com isso, a decisão proferida em 1ª Instância, para reconhecer a autuação como improcedente, em vez de procedente.

É como voto.

TATE, Sala de Sessões, 11/03/2022.

**Reinaldo do Nascimento Silva**  
AFTE Cad. :  
Julgador Relator

**GOVERNO DO ESTADO DE RONDÔNIA**  
**SECRETARIA DE ESTADO DE FINANÇAS**  
**TRIBUNAL ADMINISTRATIVO DE TRIBUTOS ESTADUAIS - TATE**

**PROCESSO** : Nº 20182900300245  
**RECURSO** : VOLUNTÁRIO Nº 0113/2020  
**RECORRENTE** : PEDRO HENRIQUE SAIBEL QUEVEDO  
**RECORRIDA** : FAZENDA PÚBLICA ESTADUAL  
**RELATOR** : REINALDO DO NASCIMENTO SILVA

**RELATÓRIO** : Nº 256/2020/1ª CÂMARA/TATE/SEFIN

**ACÓRDÃO Nº 038/2022/1ª CÂMARA/TATE/SEFIN**

**EMENTA** : ICMS E MULTA - AQUISIÇÃO DE MERCADORIA EM VOLUME QUE CARACTERIZA INTUITO COMERCIAL, REALIZADA POR PESSOA FÍSICA SEM INSCRIÇÃO NO CAD/ICMS-RO E COM SUPOSTA PARTICIPAÇÃO SOCIETÁRIA EM EMPRESA CONTRIBUINTE DO IMPOSTO – INOCORRÊNCIA. Restou provado que o auto de infração está fundado em informações incorretas, visto que o contribuinte, na época dos fatos, não mais era sócio da empresa citada na peça básica. Ademais, não foram adotadas as providências necessárias, previstas em norma (§ 3º do art. 73 do RICMS-RO Decreto n. 8321/98), para comprovar que o sujeito passivo era contribuinte do imposto e estava, por conseguinte, obrigado a se inscrever no CAD/ICMS-RO, nem se provou que a mercadoria por ele adquirida se destinava realmente à comercialização. Reforma da decisão *a quo* de procedente para improcedente o Auto de Infração. Recurso Voluntário provido. Decisão por maioria.

Vistos, relatados e discutidos estes autos, **ACORDAM** os membros do **EGRÉGIO TRIBUNAL ADMINISTRATIVO DE TRIBUTOS ESTADUAIS – TATE**, por maioria, em conhecer do recurso de voluntário interposto para no final dar-lhe provimento, reformando a decisão de primeira instância de procedente para **IMPROCEDENTE** o Auto de Infração, conforme voto do julgador relator Reinaldo do Nascimento Silva, constante dos autos, que faz parte integrante da presente decisão, acompanhado pelos julgadores Leonardo Martins Gorayeb e Dyego Alves de Melo. Julgador Roberto Valladão Almeida de Carvalho apresentou divergência pela realização de diligência, que foi negada.

TATE. Sala de Sessões, 11 de março de 2022.

**Anderson Aparecido Arnaut**  
Presidente

**Reinaldo do Nascimento Silva**  
Julgador/Relator